

IV Encontro Nacional da Anppas  
4, 5 e 6 de junho de 2008  
Brasília – DF – Brasil

---

## **A Politização do Consumo no Enfrentamento da Crise Socioambiental – limites e possibilidades.**

**Eduardo Firak Cordeiro**

Estudante de graduação em Ciências Sociais (CFH/UFSC)  
Membro do Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
(NMD/CFH)

[eduardocvel@yahoo.com.br](mailto:eduardocvel@yahoo.com.br)

**Priscila Dias Gamero**

Estudante de graduação em Serviço Social (CSE/UFSC)

[priluacheia@yahoo.com.br](mailto:priluacheia@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O presente texto pretende evidenciar como a politização do consumo, seja na sua estratégia de consumo sustentável, seja de outra forma, pode se tornar uma ferramenta de enfrentamento da crise socioambiental. Também procuramos demonstrar como a politização do consumo possibilita restabelecer pontes entre esfera pública e esfera privada, e atua no fortalecimento da cidadania. Apresentamos em seguida dois enfoques analíticos, o primeiro de corte sistêmico está ligado à formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento integrado e sensível aos desafios estruturais devidos ao agravamento da crise do meio ambiente em escala global, o segundo diz respeito a politização do consumo enquanto estratégia alternativa de política pública relacionada ao consumo, que procura conter além do impacto ambiental do consumo, o impacto da distribuição desigual dos recursos naturais e socialmente produzidos. Ao final suponho existir uma sinergia entre os dois enfoques, sugerindo que o consumo sustentável pode ser encarado como uma das estratégias de ecodesenvolvimento.

### **Palavras-chave**

Consumo sustentável, crise socioambiental, ecodesenvolvimento, cidadania ambiental.

## ***Caracterizando o terreno***

A crença atual é de que a questão da liberdade está encerrada, resolvida da melhor maneira e, por isso não sentimos necessidade de ir para as ruas protestar e exigir maior liberdade do que já temos ou achamos ter. É preciso, visto que o conhecimento permite aos indivíduos maior chance de exercerem sua liberdade, identificar o que reside para conhecer nos tempos atuais (BAUMAN, 2000).

E na medida em que o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva, num cenário onde as pontes entre vida pública e privada são destruídas, ou nem foram construídas, é que reside a dificuldade discernir e apontar o que é público nos problemas privados (BAUMAN, 2000).

A modernidade “derreteu os sólidos” mas não com a intenção de limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos, sólidos de solidez duradoura, que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável, intenção manifesta no Manifesto Comunista de Karl Marx (BAUMAN, 2001).

O derretimento dos sólidos, na atualidade, deixou exposta a complexa rede de relações no ar, aberta para a invasão e dominação da racionalidade instrumental, para o determinismo econômico. Este fenômeno, não se deu de forma violenta (ditadura, colonização, opressão)<sup>1</sup> mas emergiu do derretimento dos sólidos suspeitos de limitar a liberdade individual. É importante ainda salientar que Bauman (2001) apoiado no argumento de Claus Offe indica que por mais livres e voláteis que sejam as características dessa nova ordem, isoladamente ou em conjunto, o modo como são entretecidos é “rígido, fatal e desprovido de qualquer liberdade de escolha” (BAUMAN, 2001, p. 11).

Onde o abandono dos paradigmas territoriais do Estado nacional não ocorre sob a égide da construção do Estado mundial, a transição se trata simplesmente do Estado para o mercado, resultando no surgimento de um vazio de poder, a perda não corresponde a nenhum ganho.

Passadas mais de três décadas da divulgação do relatório do Clube de Roma em 1972 – Limites do crescimento material (MEADOWS, 1978), as ações empreendidas para o enfrentamento da crise sócioambiental tem sido ambíguas, fragmentadas e sem capacidade de fazer jus à complexidade da temática, que engloba desde a redução das desigualdades no interior de cada país e entre países, à consolidação de novos arranjos institucionais capazes de controlar a evolução técnica, como também, a necessidade de internalização de uma nova relação homem-natureza (VIEIRA e HOGAN, 1992).

---

<sup>1</sup> Salvo nos processos conhecidos por externalidades.

Mesmo com o acúmulo de evidências sobre o aumento tendencial do volume de impactos destrutivos da ação humana sobre a dinâmica de evolução dos ecossistemas, a ponto de ameaçar diretamente as pré-condições de sobrevivência da espécie no longo prazo (MEADOWS, 1978), a crise do meio ambiente tem sido vista como uma perturbação inoportuna e temporária. E somados ao fato das demandas sociais e as ações governamentais serem ainda muita difusas e teoricamente desinformadas (VIEIRA, 2002).

Este contexto também converge com o deslocamento da *percepção*, do *discurso* e da *definição* da problemática sócioambiental no *mainstream* do movimento ambientalista internacional, caracterizado em dois momentos: o primeiro deslocamento é que a partir da década de 70 o argumento da causa da crise passou do crescimento populacional do sul para os padrões de produção dos países do norte ocidental, e o segundo momento, a partir da década de 90, foi a mudança de percepção dos problemas ambientais relacionados à produção para os problemas ambientais relacionados ao consumo, na percepção dos impactos socioambientais dos altos padrões de consumo dos países desenvolvidos (PORTILHO, 2005b). Assim como as atividades de consumo interagem entre vida pública e privada, o debate sobre o meio ambiente e consumo envolve questões de ambas as esferas, possibilitando recuperar as pontes entre ambas.

Existem hoje três “tipos” de perigos globais: o primeiro seria os danos ecológicos embutidos na riqueza e no desenvolvimento técnico-industrial com implicações mais globais; o segundo seriam aqueles danos ecológicos condicionados pela desigualdade, expressa nas condições de miséria e pobreza, com implicações mais locais; e por fim, os perigos resultantes das armas de destruição em massa tanto pelo terrorismo (privado) como pelo militar-estatal (BAUMAN, 2001).

Nesta sociedade de risco mundial está colocado que os riscos e danos perderam sua limitação espaço-temporal e são hoje globais e permanentes. É sua característica também que as ameaças e os perigos sejam confrontados na esfera individual, pois esta ganha o *locus* dos novos conflitos políticos (BECK, 1997).

Convivendo com uma dinâmica de crescente mercantilização da vida (BAUMAN, 2000; BOFF, 1996; CANCLINI, 1996; KUTNER, 1998; VIEIRA, 2002), que torna a própria política em mercado, mercantilizando até mesmo a participação cívica e misturando valores comerciais com valores cívicos, aliado a intensificação de estilos de vida voltados para o consumo – cultura do consumo (BAUMAN, 2001). Os efeitos dessa dinâmica consumista são múltiplos, sendo um deles a acentuação da velocidade, da volatilidade e efemeridade de produtos, caracterizando-se pela fluidez ou “liquidez”, que inverte o tema da confiabilidade/durabilidade para a velocidade/descartabilidade/reciclagem.

O outro aspecto dessa dinâmica consumista é que as pessoas estão sendo forçadas a lidar com essa idéia de descartabilidade, de obsolescência programada, numa lógica extremamente de curto prazo, que torna uma constante a impossibilidade de lidar com valores e estilos de vida ligados com a idéia de longo prazo. De modo que a “ida as compras” tornou-se uma possibilidade

estratégica de enfrentar a incerteza aguda e enervante e contra um sentimento de insegurança incomodo característico dos tempos atuais (BAUMAN, 2001).

O caso brasileiro é singular, pois devido o predomínio da racionalidade econômica que confere a entrada não seletiva na dinâmica da globalização perversa também distancia a cidadania da consciência de pertencimento a coletividade e, apresenta o cidadão enquanto consumidor/usuário (PORTILHO, 1995). Um sistema que coloca à massa da população o acesso ao consumo de massa e não lhes confere direito à cidadania. Diversos autores já trataram da redução do cidadão à consumidor na sua relação individual, com diversos conceitos: “fim da cidadania” (BAUMAN, 2000), “declínio do homem público” (Sennet apud Portilho, 2005a), “dissolução do espaço público” (Arendt apud Portilho, 2005a), “esgotamento das energias utópicas” (Habermas apud Portilho, 2005a), num contexto de mercadorização de todas as esferas da vida, onde o direito social se transfigura para a idéia de conquista pessoal.

Também a que se considerar a dificuldade das Ciências Sociais para lidar com problemas fora da esfera da produção, e mesmo entre as chamadas Ciências Sociais do Ambiente e das políticas ambientais a abordagem produtivista tem predominado.

A questão do impacto ambiental do consumo tem também sido encarada dentro de uma proposta de “consumo verde”, muito limitada por se tratar de uma noção articulada com o ambientalismo empresarial, operando simplesmente na introdução da variável ambiental na dinâmica do consumo, através do “poder de escolha” como responsável pela mudança nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção. Tal proposta tem sido duramente criticada por não questionar as estruturas de produção e distribuição, muito menos a cultura do consumo – o consumismo (PORTILHO, 2004).

Deixando de focar a redução do consumo, a descartabilidade e a obsolescência planejada e priorizando a reciclagem, o uso de tecnologias limpas, a redução do desperdício e o incremento de um mercado verde, através de eco-taxas e eco-rotulagem. O tema da desigualdade de acesso aos bens socioambientais praticamente desapareceu dos debates e das propostas de consumo verde.

Reconhecendo os limites e armadilhas do “consumo verde”, estratégia vinculada com a ambientalização empresarial ocorrida a partir do Relatório Brundtland (1987) surge então o enfoque em defesa das ações e intervenções públicas buscando a mudança política e institucional, mais do que tecnológicas, econômicas e comportamentais, aquilo que convencionamos chamar de “consumo sustentável”.

Como os interesses e razões privadas podem ser desprivatizadas e reconhecidas publicamente na sua legitimidade é necessário pensar os direitos enquanto linguagem política que articula práticas individuais e coletivas num espaço comum de pertencimento. Apontando para a necessidade de permitir o público invadir na esfera privada de maneira que as experiências que

foram consideradas declínio ou morte da política possam ser pensadas como reposicionamento do político. (BECK, 1997)

Os riscos de conflitos por recursos naturais, fome, migrações internacionais e refugiados ecológicos tendem a aumentar na medida em que os países desenvolvidos continuarem promovendo uma distribuição desigual do uso dos recursos naturais e os países do Sul continuar reivindicando o mesmo modelo de desenvolvimento predatório, tornando impossível a contenção do consumo global dentro de limites sustentáveis. Este quadro aponta para a percepção ética de que todos os países e grupos sociais devem ter direitos proporcionais no acesso e utilização dos recursos naturais, uma luta para que além do *nosso futuro*, *nosso presente* também seja *comum*. (PORTILHO, 2005b)

### **Questões norteadoras**

De que maneira os atores das novas relações de consumo identificam os problemas socioambientais em termos de saída da crise? Quais são os principais conflitos de representação e ação envolvendo os modos dominantes de ação?

Quais são as estratégias desenvolvidas nestas novas relações de consumo? Como têm sido justificadas? Qual a capacidade destas ações se tornarem “publicizadas” e replicadas em localidades distintas?

As estratégias de política ambiental centradas no consumo podem ser analisadas como expressão e fortalecimento do enfrentamento da crise sócioambiental?

Que possibilidades potenciais de expansão e redução da cidadania e das tendências de participação na esfera pública surgem com o estímulo à consideração ambiental nas atividades do consumo?

Ao questionar não somente o estilo de vida, como também os modelos de apropriação e gestão dos recursos naturais e sociais, é possível pensar nas estratégias de consumo sustentável sob a luz do enfoque de ecodesenvolvimento?

### **Apontamentos para uma visão sistêmica da problemática sócioambiental**

Associada a consciência dos limites dos enfoques “analítico-reducionistas” a noção de ecodesenvolvimento opera como um enfoque alternativo de planejamento e gestão da problemática sócioambiental. Tradição ainda muito embrionária tendo surgido apenas no contexto da preparação da Conferência de Estocolmo – 1972.

Para tal enfoque os principais condicionantes da crise sócioambiental podem ser dirigidos aos modelos convencionais de regulação da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico. Apontando como focos geradores da degradação sócioambiental os acidentes da civilização industrial-tecnológica, os efeitos *contra-intuitivo* do crescimento material e da explosão demográfica, os *déficits* de informação técnica nos processos de tomada de decisão política, as disfunções da regulação econômica, como também a manutenção de estilos de vida predadores (VIEIRA, 2007).

Atua como uma política ambiental simultaneamente preventiva e pró-ativa, permitindo compreender o aguçamento da crise sócioambiental como a expressão de uma crise profunda das lógicas de organização das sociedades contemporâneas. Procurando reforçar a autonomia (self-reliance) num horizonte de co-gestão adaptativa, como também possibilitar pontos de referencia para tratar das incertezas científicas, como os efeitos sistêmicos da dinâmica dos sistemas socioambientais, e com o pluralismo das visões de mundo e de ideologias sociopolíticas.

Veiculando um novo princípio de racionalidade social, este enfoque propõe a articulação do nível da ecologia interior (estilos de vida e modos de consumo) ao nível da ecologia global voltados para criação de sistemas comunitários de gestão de estratégias alternativas de desenvolvimento. Onde a busca prioritária de satisfação das necessidades básicas fundadas na noção de economia negociada e contratual a serviço da promoção da equidade social e da prudência ecológica. Conforme Vieira (2002) a viabilidade deste enfoque dependerá do refinamento progressivo de novas estratégias educacionais, numa perspectiva de educação para o ecodesenvolvimento.

A intensificação dos processos destrutivos na última década tem desgastado as concepções conservadoras e tecnocráticas, ainda prevaletentes em setores ambientalistas, e apontando para enfoques integrativos preocupados com o foco irradiador da problemática sócioambiental – o estilo de desenvolvimento socioeconômico e cultural subjacente à dinâmica de funcionamento das sociedades modernas (VIEIRA e HOGAN, 1992).

Dessa forma, a problemática ambiental exige novos arranjos institucionais, novos padrões de organização das comunidades científicas, e mesmo a interdisciplinaridade, encontrada nos cursos de pós-graduação que tratam desta temática, não consegue ganhar corpo e contribuir de fato com a formulação e implementação de políticas de ação nessa área (VIEIRA, 1992).

Frente a desorientação dos mapas cognitivos na atualidade (SANTOS, 2005) o enfoque do ecodesenvolvimento, concebida no clima intelectual da preparação da Conferência de Estocolmo, enquanto concepção sistêmica que aponta para adoção de uma diretriz preventiva e pró-ativa, critica as finalidades básicas (elevação da taxa de crescimento material ilimitado), as estratégias de planejamento (visão tecnocrática que descarta a participação civil) e os critérios globais de avaliação da eficácia dos processos de desenvolvimento (indicadores econômicos que ignoram os efeitos externos do desenvolvimento – degradação, gestão predatória, perda do controle social da

inovação tecnológica e marginalização de amplos setores sociais) induzidos pela ação governamental (VIEIRA, 1993).

Ecodesenvolvimento depois da reelaboração feita por Ignacy Sachs (apud VIEIRA, 1992) do conceito cunhado primeiramente por Maurice Strong, passa a estar associado enquanto estilo de desenvolvimento rural e urbano orientado pela satisfação prioritária de necessidades básicas buscando gerar autonomia (*self-reliance*). Enquanto enfoque de planejamento de estratégias plurais de “harmonização” (SACHS, 2007) entre atividade de dinamização socioeconômica e o trabalho de gestão racional do meio ambiente, também opera sob princípios de solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações e está fortemente ligado na luta contra a desigualdade social e dependência no e sobre o Terceiro Mundo.

Este jogo da harmonização implica dois marcos regulatórios: o primeiro, vinculado a demanda social, diz respeito a regulação dos padrões de consumo e estilo de vida; o segundo, no campo da oferta de bens e serviços, se relaciona a regulação das forças produtivas que englobam a gestão do uso de tecnologias, a natureza dos produtos gerados, a organização espacial dos sistemas produtivos e por fim, a gestão do uso de recursos naturais e do suprimento energético, e aqui eu incluiria a gestão dos recursos socialmente produzidos.

Esta rede conceitual relacionada ao ecodesenvolvimento está sob a base normativa elaborada por Sachs (2007) que seria: a) prioridade ao alcance de finalidade sociais; b) valorização da autonomia (*self-reliance*); c) busca de uma relação de simbiose com a natureza; e por fim d) eficácia econômica. De forma a combater o estado de coisas onde o elevado crescimento econômico coexiste com a dinâmica perversa do “mal desenvolvimento”, buscando maior controle dos processos de desenvolvimento pela ação da sociedade civil organizada e abandonando o padrão adotado pela modernidade do reducionismo econômico. No âmbito internacional questiona o padrão de incorporação dos países em desenvolvimento ao sistema econômico internacional.

Em suma, a proposta de ecodesenvolvimento aponta para o equilíbrio ecossistêmico, a necessidade de sobrevivência e a evolução das gerações atuais e futuras articuladas com a viabilidade econômica. Assim, ecodesenvolvimento representa uma alternativa que articula um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente prudente e politicamente participativo.

Dessa maneira o paradigma sistêmico contribui na elucidação da crise sócioambiental e na prospecção de alternativas de desenvolvimento, pois procura ser um recurso indispensável à integração teórica do campo da ecologia humana e à viabilização de uma política ambiental preventiva. A abordagem sistêmica, conforme Vieira (1992) é um método de tratamento anti-reducionista dos fenômenos ambientais, que enquanto teoria permite maior compreensão das transformações ecossociais e enquanto método permite realizar análises prospectivas, permitindo a elaboração de indicadores de qualidade sócioambiental condizente com uma abordagem estrutural das causas da problemática ambiental.

Ainda possibilita a relação entre os processos de percepção da problemática ambiental com os processos de aprendizagem social, sugerindo mudanças de comportamento. Desse modo, através da percepção da problemática ambiental os atuais estilos de consumo, de interação social e de participação política podem ser inflexionados para criação de hábitos sintonizados com um novo projeto de civilização.

A abordagem sistêmica também possibilita a gestão da complexidade, através do entendimento de elevado número de fatores envolvidos, pelo caráter não linear das inter-relações somadas aos efeitos contra-intuitivos das ações empreendidas (VIEIRA, 2007).

### ***A politização do consumo – limites e possibilidades***

Não são apenas os consumidores, enquanto aspecto econômico, que afetam na temática do consumo, mas também por aqueles cujas ações indiretamente moldam a procura e compra de bens e serviços. Mesmo sendo importante a preocupação com o impacto físico do consumo, por implicar na ameaça da integridade dos ecossistemas e de outras pessoas (geralmente marginalizadas e distantes geograficamente), a dimensão social e política também compõe o quadro de enfrentamento da crise sócioambiental por envolver questões de equidade no acesso aos bens naturais, da distribuição dos recursos socialmente produzidos e dos riscos e impactos negativos do consumo (PORTILHO, 2004).

Dessa maneira estamos seguindo a trilha da utilização de uma abordagem política para lidar com a temática do consumo e meio ambiente, buscando a reconstrução da esfera pública. O enfoque do consumo enquanto arena privada e despolitizada vem sendo questionado por diversos autores conforme assinala Portilho (2005b), que num contexto de degradação política e de descrença nas instituições sociais outro modos de participação política e identidade cultural tem emergido. Marcado também pela constante mercantilização da vida a cidadania não pode ser desvinculada do consumo (CANCLINI, 1996). Denotando uma concepção de mercado como parte de interações socioculturais complexas, e não simplesmente como um lugar de trocas de mercadorias.

A idéia de consumo sustentável surge em cena na Agenda 21, em seu capítulo 4, um dos principais documentos apontando para a relação entre consumo e meio ambiente. Em vários outros momentos<sup>2</sup> foi mobilizado o conceito de consumo sustentável, apresentaremos aqui a síntese elaborada pela *Oxford Commission on Sustainable Consumption* em 2001 que se refere ao tema mais como um processo do que um estado a ser atingido, pressupondo que a sustentabilidade está muito mais ligada a valores do que a definições. A discussão sobre consumo

---

<sup>2</sup> No evento conhecido como *Oslo Roundtable* promovido pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU na cidade Oslo, Noruega, em 1995. Também aparece no Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (UNDP, 1998). O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) também definiu o termo consumo sustentável. A *Oxford Commission on Sustainable Consumption* (OCSC, 2000) também buscou definir o conceito e no ano seguinte tal comissão reúne as várias concepções existentes em torno de consumo sustentável (apud PORTILHO, 2005).

sustentável envolve seis características conforme tal síntese: a) deve ser parte de um estilo de vida sustentável em uma sociedade sustentável; b) deve contribuir para nossa capacidade de aprimoramento, enquanto indivíduo e sociedade; c) requer justiça no acesso ao capital natural, econômico e social para as presentes e futuras gerações; d) não significa necessariamente consumir menos, mas deve-se ressaltar que o consumo material deve se tornar cada vez menos importante em relação a outros componentes da qualidade de vida; e) deve ser consistente com a conservação e melhoria do ambiente natural; f) deve acarretar um processo de aprendizagem, criatividade e adaptação (PORTILHO, 2005b).

Com a invasão do mercado na política, que se traduz na vitória do consumo e no retrocesso às conquistas sociais e políticas. Na medida em que reduzimos o papel do cidadão à consumidor suas ações passam a estar relacionada simplesmente a esfera privada do consumo, onde cidadão passa a ser considerado apenas aquele que participa do mercado consumidor (CANCLINI, 1996; KUTNER, 1998).

Diversos autores, conforme Portilho (2004), vem apontando para a necessidade de um novo quadro conceitual de cidadania. Que se caracterize enquanto uma estratégia política dos grupos sociais, e por isso seu conteúdo seja definido na dinâmica dos conflitos sociais. Em que a investigação das novas questões relacionadas à cidadania nos tempo atuais permita um novo quadro de referencia para dar conta de questões emergentes, como as novas práticas de consumo.

Dessa forma tem se proposto a análise das práticas de consumo a partir de uma redefinição daquilo que é tradicionalmente visto como o terreno da cidadania, da política e das relações de poder a serem transformadas, incluindo o conjunto das práticas sociais e culturais na concepção de cidadania (PORTILHO, 2005a).

Apontando os limites e armadilhas do “consumo verde”, estratégia vinculada com a ambientalização empresarial ocorrida a partir do Relatório Brundtland (1987), que diz respeito apenas a introdução da variável ambiental na dinâmica do mercado/consumo, mobilizando meramente o “poder de escolha” como o responsável pela mudança nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção. Proposta limitada por não questionar as estruturas de produção e distribuição, muito menos a cultura do consumo vigente, e também por operar a transferência do estado para o mercado, e do mercado para o “cidadão” o marco regulatório, não questionando a desigualdade no acesso aos bens ambientais.

Surge então a estratégia de consumo sustentável, onde o meio ambiente deixa de estar relacionado apenas com o aspecto de *como* usamos os recursos (os padrões), para incluir também uma preocupação com o *quanto* usamos (os níveis), trazendo a tona a questão do acesso, distribuição e justiça. Neste enfoque os potenciais de ajuste no nível e na estrutura do consumo facilitam a distribuição dos custos e benefícios desses ajustes de maneira mais

equitativa, se tornado numa estratégia potencialmente mais desejável e eficaz para promover novos padrões de consumo (PORTILHO, 2005b).

Se o consumo é o lugar onde o conflito entre classes ganha continuidade através da desigualdade na distribuição e apropriação de bens, ele pode se tornar uma transação politizada na medida em que incorpora a consciência das relações de poder envolvidas nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública. Este enfoque reelabora as possibilidades de luta e participação política, reconfigurando as relações entre as esferas pública e privada (HIRSCHMAN, 1983). Este tipo de estratégia ao fortalecer uma “ética de responsabilidade”, onde os indivíduos sentem-se comprometidos em melhorar o meio ambiente, revaloriza a participação na esfera pública, e conseqüentemente o sentido da cidadania.

Tais experiências, no entanto, são ambivalentes pois podem tanto reduzir a participação na esfera pública como também significar um controle social sobre a esfera íntima levando a contra-reações à responsabilidade sócioambiental. Mas também podem contribuir para um novo *ethos* sócioambiental ao fazer perceber os vínculos entre as próprias ações e seus efeitos no meio ambiente como também em outros grupos sociais.

É importante ressaltar que este enfoque aponta para as limitações que ações dos consumidores estão revestidas se forem tratadas de forma silenciosa e individual, como a proposta de consumo verde. Tal estratégia de consumidor individual silencioso também pode constituir uma perda do sentimento de pertencimento e solidariedade.

Dessa forma o consumo sustentável se apresenta enquanto proposta de política pública relacionada ao consumo, que busca conter o impacto ambiental do consumo, sejam eles frutos do superconsumo ou do subconsumo, como também o impacto da distribuição desigual dos recursos naturais. Pois não se resume a mudanças comportamentais simplesmente de consumidores individuais, ou mudanças de *design*, não negando é claro o papel importante dos consumidores enquanto práticas políticas. Nesta proposta está inclusa o princípio ético de equidade inter e intrageracional (PORTILHO, 2005b).

Um dos maiores desafios do ajuste ecológico do consumo é também estar associado a dinâmicas de redistribuição dos recursos, problematizando as desigualdades de poder na determinação dos mecanismos de comércio internacional entre os países.

Uma política de consumo sustentável coerente deve buscar integração dos diferentes “indicadores” de sustentabilidade, e continuamente refletir sobre os limites destes próprios indicadores. Não aprofundaremos este debate aqui e apenas faremos uma apresentação sumária de alguns elementos da “família de indicadores de sustentabilidade”, o primeiro seria o de “espaço ambiental” de Johan H. Opshoor, que busca articular três pontos – o ecologicamente necessário, o socialmente desejável e o politicamente atingível, indicando não somente a quantidade de capacidade ecológica usada por cada pessoa, mas também a quantidade que deveria ser usada

em um “mundo sustentável”. O outro conceito seria “mochila ecológica”, que se refere ao fluxo material e energético embutido à extração, processamento e eliminação de rejeitos da produção, possibilitando a visualização a diferença entre o conteúdo material de certo produto e os danos ecológicos e sociais decorrentes de sua produção e destinação final. E, finalmente o termo “pegada ecológica” cunhado por Mathis Wackernagel e William Rees que procura indicar o impacto ambiental dos diferentes estilos de vida da humanidade (PORTILHO: 2005b).

Este enfoque reconhece que a politização do consumo como estratégia de enfrentamento da crise socioambiental não pode ser vista como ação individual “em si mesma”, mas devem estar articuladas com organizações sociais e instituições políticas. Ao trazer os problemas coletivos para a vida pessoal a estratégia de politização do consumo aproxima as esferas privada e pública.

## **Apontamentos finais**

Longe de procurar concluir a discussão levantada acima sobre consumo e meio ambiente, este espaço será utilizado para procurar estabelecer pontes entre os dois enfoques apresentados e pontuar os desafios do consumo sustentável.

Assim como o ecodesenvolvimento critica os estilos de desenvolvimento dominante, a visão tecnicista das políticas ambientais e o predomínio da visão neoclássica da economia no enfrentamento da crise sócioambiental, a estratégia de consumo sustentável, enquanto uma estratégia do enfoque de politização do consumo, também recusa a visão tecnicista e economicista no tratamento dos problemas do consumo no campo das políticas públicas. Recusando a idéia de que os problemas ambientais, inclusive aqueles relacionados ao consumo, podem ser resolvidos apenas com soluções técnicas, onde a focalização exclusivamente na inovação tecnológica, geralmente no *design* dos produtos (particularmente na fase final) ou na esfera da produção, para resolução dos problemas socioambientais desconsidera que freqüentemente o otimismo tecnológico é apontado como responsável por inúmeros problemas e riscos tecnológicos e ambientais, desconsiderando também os custos sociais da inovação tecnológica.

Dessa forma a principal armadilha do consumo sustentável é ser engolido pelo consumo verde, numa crescente reforma do capitalismo – ecocapitalismo, que além de não permitir a formação de experiências coletivas, de enfrentamento dos conflitos políticos e de participação na esfera pública ainda reforça a redução da esfera pública. Assim essas experiências têm o potencial, conforme Portilho (2004) em três pontos, o primeiro diz respeito a reflexividade, na construção de novos valores e comportamentos nas redes sociais as quais cada um pertence, o segundo pelas experiências coletivas ao redor dos conflitos relacionados às políticas ambientais e por último, o fortalecimento da participação na esfera pública.

## Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, H. (Org.) Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

BARBOSA, L. Cultura, consumo e identidade – limpeza e poluição na sociedade brasileira. In: BARBOSA, L. e CAMPBELL, C. (Orgs.). Cultura, Consumo e Identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Giddens, A. *et alii*. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

BECK, U. Liberdade ou capitalismo? Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: Unesp, 2003.

BRÁS, O. Consumo Alimentar Bio. Mneme: Revista Virtual de Humanidades, n. 9, v. 3, jan./mar, 2004. [www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme).

BOFF, L. Dignitas Terrae. Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.

CAMPBELL, C. A Ética Protestante e o Espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. O mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GALLOPÍN, G. Ecología y Ambiente. In: E. Leff (org) Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo. México: Siglo XXI, 1986.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1984.

GIDDENS, A. Vivendo numa sociedade pós-tradicional. In: BECK, U., GIDDENS, A. e LASCH, S. Modernização Reflexiva. São Paulo: Unesp, 1997.

GROSSO, P. e TELES, M. Levantamento inicial de entidades que trabalham com a comercialização ou consumo de produtos agroecológicos no Brasil – em busca de iniciativas dentro da perspectiva da Economia Solidária. Programa de Economia Solidária da Embaixada da França. Minas Gérias: s.n., 2003.

HIRSCHMAN, A. De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KUTNER, R. Tudo à venda – as virtudes e os limites do mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Loureiro, C. F. B. (Org.) Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

MANCEBO, D. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. Revista Estudos de Psicologia, v. 7, n. 2, p. 325-332, 2002. [www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a13v07n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a13v07n2.pdf) (acessado 12/11/2007)

MEADOWS, D. (Org.) Limites do crescimento. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MORIN, E. e KERN, A. B. Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, E. A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

PACHECO, F. S. O Homem-Ecológico – a falência do modelo social e o despertar de uma nova consciência. Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2004.

PORTILHO, F. Limites e possibilidades do consumo sustentável. In: Mônica Serrão. (Org.). Educação, ambiente e sociedade: temas e práticas em debate. 1ª ed. Serra - ES: CST, 2004, v. , p. 73-96.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. III, p. 3, 2005a.

PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005b.

RIBEIRO, M. A. Ecologizar – Pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Roma, 2000.

SACHS, I. Rumo a ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIEIRA, P. F. E HOGAN, D. J. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Vieira, P. F. e MAIMON, D. (Orgs.) As ciências sociais e a questão ambiental. Rumo a interdisciplinaridade. Belém: UFPA, 1993.

VIEIRA, P. F. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. Texto apresentado no 8º Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú – Sc, 2002.

VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesbugo. In: Sachs, I. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

VIOLA, E. J. (Org.) Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.